

LICENÇA DE INSTALAÇÃO

Nº 2020-154684/TEC/LI-0091

Data de Validade: 02/07/2025

O Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte, com fundamento na Lei complementar Estadual - LCE nº. 272, de março de 2004 e suas posteriores alterações, Legislação Federal e ainda consubstanciado no Parecer Técnico constante nos autos, expede este **Ato Administrativo** ao Empreendedor infraidentificado, sob as condições abaixo relacionadas, cujo descumprimento implicará falta de natureza grave, acarretando a suspensão automática da presente licença.

IDENTIFICAÇÃO DO EMPREENDEDOR E EMPREENDIMENTO

Nome do Empreendedor	SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS
CPF/CNPJ	01.066.896/0001-74
I.E.:	
Proprietário do Empreendimento:	
Endereço do Empreendedor:	Rua Dona Maria Câmara, nº 1884, Capim Macio, Município de Natal/RN.
Endereço do Empreendimento:	Rodovia RN 288, Zona Rural, Município de Caicó/RN.
Caracterização do Empreendimento:	Aterro Sanitário de Caicó , a ser instalado em uma área total de 35,66 ha (trinta e cinco hectares e sessenta e seis ares), localizado nas coordenadas de referência em UTM (Zona 24 5), Datum WSG84: 727.798,93 mE; 9.285.900,19 mN.

CONDICIONANTES

1. O IDEMA aprova através deste ato administrativo, a viabilidade ambiental solicitada pelo empreendedor, cuja veracidade das informações apresentadas, os estudos, projetos e demais documentos subscritos por esses, são de sua total responsabilidade, sujeitando-se às sanções administrativas, civis e penais. Em caso de constatação de dados falsos, enganosos ou capazes de indução ao erro, esta Licença fica automaticamente anulada;
2. O empreendedor fica ciente de que a presente licença está sendo concedida com base nas informações apresentadas, cujo cumprimento deve ser integral, ressaltando-se a necessidade de comunicação prévia de qualquer alteração a este Instituto. Esta Licença não dispensa ou substitui quaisquer alvarás ou certidões, de qualquer natureza, porventura exigidos pelas Legislações Federal, Estadual ou Municipal;
3. O empreendedor é responsável pela preservação ambiental, devendo tomar medidas preventivas e de mitigação contra a ocorrência de acidentes/incidentes que possam causar danos, bem como controlar os impactos negativos em razão de sua atividade. Em caso de ocorrência de danos ambientais deverão ser tomadas, imediatamente medidas corretivas, e ainda, comunicar ao IDEMA;
4. O empreendedor não poderá fazer qualquer intervenção na área do empreendimento, passível de supressão de vegetação natural, antes da emissão da Autorização de Supressão de Vegetação, via SINAFLOR;
5. O empreendedor fica ciente de que deve instalar e operar o sistema de esgotamento sanitário do empreendimento de acordo com as exigências, recomendações e especificações constantes nas normas da NBR 13.969/1997 e 7229/1993;

Ass. digital: Itan Cunha de Medeiros / Coordenador de Meio Ambiente - data e hora: 30/06/2021 16:50:06

Ass. digital: Leonlene de Sousa Aguiar / Diretor Geral - data e hora: 02/07/2021 13:24:20

Ass. digital: Werner Farkatt Tabosa / Diretor Técnico - data e hora: 01/07/2021 22:34:21

Recebimento eletrônico pelo COMUNIC@ em: 02/07/2021-14:52:20

Consulte essa licença em: <http://sistemas.idema.rn.gov.br/validador.php>, informando o código:1TMMW-5



6. O empreendedor fica ciente que deve construir os três poços de segurança, previsto em projeto, para os casos de eventos adversos que a lagoa de tratamento de chorume venha a transbordar;
7. O empreendedor deve apresentar no pedido da Licença de Operação os ensaios de Solo do tipo SPT quando na implantação das células;
8. O empreendedor deve apresentar o Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil (PGRCC), em um prazo de 120 (cento e vinte) dias, com base na Lei 12.305/2010 e demais instrumentos normativos, devendo apresentar detalhamento em forma de planilha todos os resíduos, inclusive os perigosos contemplando: geração de resíduos, acondicionamento, coleta e transporte, reaproveitamento e tratamento e disposição final. Deve também, atender as diretrizes da Seção V, Art. 21 da referida Lei, ficando ainda ciente de que não é permitido, em hipótese alguma, o acúmulo a céu aberto em áreas interna ou externa ao empreendimento, mesmo em caso de emergência, devendo colocá-los em local de fácil limpeza e fora do alcance de animais, para evitar que o mesmo seja violado até ser recolhido e/ou enviado para local ambientalmente adequado;
9. O empreendedor fica ciente de que não poderá armazenar rejeitos da construção civil diretamente no solo, mesmo que temporariamente, sob risco de contaminação, devendo cumprir a Resolução CONAMA 307 de 5 de Julho de 2002 e suas alterações, além de destinar o bota-fora da obra seguindo as normativas da Política Nacional de Resíduos Sólidos, Lei 12.305 de 02 de Agosto de 2010;
10. O empreendedor fica ciente de que, quando da implantação do empreendimento, deverá verificar a existência de instalações de gasodutos, de energia elétrica, de telefonia, de saneamento e rodovia, no sentido de evitar acidentes e atender o que determina as exigências constantes dos gestores destas referidas atividades;
11. O empreendedor fica ciente de que deve instalar o sistema de drenagem conforme projeto apresentado, de forma a evitar a destinação das águas pluviais para terreno de terceiros, devendo realizar periodicamente a manutenção dos dispositivos de drenagem;
12. O empreendedor fica ciente de que só poderá utilizar material de origem mineral (areia, argila, etc.) de áreas licenciadas pelo IDEMA, como também só disponibilizar bota-fora em áreas autorizadas por este Instituto;
13. O empreendedor fica ciente de que os níveis de ruídos gerados durante a instalação do empreendimento devem respeitar os limites máximos preconizados pela Lei Estadual nº 6.621/1994, que dispõe sobre o controle da poluição sonora e condicionantes do meio ambiente no Estado do Rio Grande do Norte e dá outras providências, assim como pela Resolução CONAMA nº 01/1990, que dispõe sobre critérios de padrões de emissão de ruídos decorrentes de quaisquer atividades industriais, comerciais, sociais ou recreativas, inclusive as de propaganda política;
14. O empreendedor deve apresentar ao IDEMA, no momento da solicitação de Licença de Operação, relatórios do resultado da implementação de todos os Planos e Programas de Monitoramento citados como Medidas Mitigadoras dos impactos ambientais previstos para as fases de instalação do empreendimento, constantes no estudo apresentado a este Instituto, bem como os recomendados, conforme cronograma de execução dos mesmos;
15. O empreendedor fica ciente que deve implantar métodos que resultem na eliminação e/ou máxima redução da emissão de partículas de poeira na atmosfera, oriundas no trânsito de veículos e maquinários, a fim de não prejudicar a saúde dos funcionários envolvidos no trabalho e dos moradores das áreas de influência direta e indireta do empreendimento;
16. O empreendedor fica ciente de que deve comunicar à empresa responsável pela execução das obras do

empreendimento, que o Canteiro de Obras é objeto de uma Autorização Especial – AE, devendo estar de acordo com as normas técnicas e de controle ambiental, principalmente com relação ao sistema de esgotamento sanitário, gestão e destino final dos resíduos sólidos;

17. O empreendedor fica ciente de que, caso seja identificado algum vestígio de patrimônio arqueológico, quando da instalação do empreendimento, deve comunicar ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) para as devidas providências;

18. O empreendedor deverá comparecer ao IDEMA, quando convocado, para assinar Termo de Compromisso, visando o cumprimento da compensação ambiental, conforme Lei nº 9.985/2000, Decreto nº 4.340/2002, Lei Complementar Estadual nº 272/2004 e suas alterações;

19. O empreendedor deve no prazo de 90 (noventa) dias, colocar a placa indicativa do empreendimento licenciado, conforme modelo disponível no site www.idema.rn.gov.br/, acessando o menu “Licenciamento”, opção “Documentação Exigida”, item nº 16 “Publicação de Licença Ambiental em Placa (1)” A demonstração do cumprimento desta condicionante deve ser feita ao IDEMA através de registro fotográfico;

20. O empreendedor deverá comunicar ao Órgão ambiental a suspensão ou o encerramento da atividade acompanhada de um Plano de Desativação que contemple a situação ambiental existente; se for o caso, informar a implementação das medidas de restauração e de recuperação da qualidade ambiental das áreas que serão desativadas ou desocupadas, em atendimento ao Art. 53 da Lei Complementar Estadual nº 272, de 03 de Março de 2004;

21. O empreendedor deve publicar a concessão desta Licença no Diário Oficial do Estado e em periódico de grande circulação, devendo encaminhar cópia comprobatória a este Instituto, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contados a partir da data de recebimento desta Licença;

22. A presente licença tem validade de 4 (quatro) anos a partir da data da ciência do interessado, sendo que a continuidade da instalação ou operação do empreendimento/atividade somente será possível após a obtenção da correspondente licença.

Natal(RN), 02/07/2021